



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SIMULADO PREPARATÓRIO

3º SIMULADO
OFICIAL DE JUSTIÇA
(PÓS-EDITAL)

Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contém 100 questões objetivas.

Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.

Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.

Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.

Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.

A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.

Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.

Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.

Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do Candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2411123808M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

3º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
TJ SP

CARGO:

Oficial de Justiça

MODELO/BANCA:

Vunesp

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

11/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

11/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

LÍNGUA PORTUGUESA**FIDELIS ALMEIDA**

01. Leia a tira.



Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br>.
Acesso em: 27 abr. 2010.

O efeito de humor da tira decorre

- (A) da valorização do minimalismo na arte, indicando que formas simples e monótonas carregam significados profundos e subjetivos.
- (B) da surpresa de um personagem infantil demonstrar uma compreensão artística superior ao adotar uma linguagem técnica própria da crítica de arte.
- (C) da expectativa frustrada de que a obra possua significados profundos, revelando que a complexidade do discurso é incompatível com a simplicidade da obra.
- (D) do uso deliberado de um discurso exageradamente sofisticado e pretensioso para descrever uma simples escultura de neve.
- (E) da comparação entre a arte abstrata e o mundo real, demonstrando que as expressões artísticas modernas são frequentemente incompreensíveis para pessoas comuns.

Leia o texto de Friedrich Hayek para responder às questões de 02 a 07.

O grande objetivo da luta pela liberdade sempre foi a igualdade perante a lei. Esta igualdade no âmbito das normas que o Estado obriga a observar pode ser suplementada pela igualdade implícita nas normas às quais os homens voluntariamente obedecem no seu relacionamento. Esta extensão do princípio de igualdade às normas de conduta moral e social é a expressão maior do que comumente se conhece por espírito democrático – e provavelmente o fator que mais contribui para tornar inócuas as desigualdades a que a liberdade necessariamente leva.

A igualdade estabelecida pelas normas legais e de conduta gerais é, todavia, a única forma de igualdade que conduz à liberdade e a única que podemos obter sem destruir a liberdade. A liberdade não só não tem relação alguma com qualquer

outro tipo de igualdade como também tende, em muitos casos, a produzir desigualdade. Isto constitui a consequência necessária e, em parte, a justificativa da liberdade individual; se os efeitos da liberdade individual não demonstrassem que certos modos de vida levam a resultados melhores do que outros, provavelmente seria impossível justificá-la.

Não é por presumir que os indivíduos sejam, de fato, iguais, ou por pretender torná-los iguais, que nossa justificativa filosófica da liberdade exige que o Estado trate todos da mesma maneira. De fato, essa justificativa não apenas reconhece que os indivíduos são muito diferentes como também se baseia, em grande parte, nesse postulado. Ela afirma que essas diferenças individuais não justificam que os governos tratem os indivíduos de maneira diferente. Além disso, opõe-se às desigualdades de tratamento dispensado pelo Estado que se tornariam necessárias se fosse preciso garantir, a pessoas efetivamente diferentes, iguais posições na sociedade.

Os atuais partidários de uma igualdade material mais ampla costumam negar que suas exigências se baseiem no pressuposto de uma igualdade de fato entre todos os homens. No entanto, geralmente ainda se supõe ser esta a principal justificativa dessas exigências. Nada, contudo, é mais prejudicial à reivindicação de um tratamento igualitário que partir de um pressuposto tão obviamente falso como o da igualdade de fato de todos os homens. Defender a igualdade de tratamento de minorias nacionais ou raciais com o argumento de que elas não são diferentes dos outros homens equivale a admitir, implicitamente, que a desigualdade de fato justificaria tratamento desigual; e a prova de que certas diferenças de fato existem não tardaria a aparecer. É essencial à reivindicação de igualdade perante a lei que as pessoas sejam tratadas do mesmo modo, embora sejam diferentes umas das outras.

HAYEK, Friedrich A. *Os fundamentos da liberdade. Supervisão e introdução de Henry Maksoud. Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Editora Visão, 1983. (fragmento)*

02. Com base nas ideias apresentadas no texto, é correto afirmar que
- (A) a liberdade não pode ser preservada em contextos em que o Estado não garante a igualdade material entre os indivíduos.
 - (B) a igualdade perante a lei é suficiente para eliminar as desigualdades sociais produzidas pela liberdade individual.
 - (C) a diversidade entre os indivíduos não deve ser uma razão para tratamentos desiguais por parte do Estado.
 - (D) a igualdade de fato entre os indivíduos é necessária para fundamentar o princípio da igualdade perante a lei.
 - (E) a liberdade só se justifica plenamente nas sociedades que buscam aumentar todas as formas de desigualdade.
03. Segundo as ideias expostas no texto, a reivindicação de igualdade perante a lei
- (A) é prejudicada quando se presume, erroneamente, que as minorias são idênticas em todos os aspectos a demais indivíduos da sociedade.
 - (B) depende da ideia de que as desigualdades naturais devem justificar a adoção de políticas compensatórias específicas.
 - (C) demonstra que a liberdade só é possível em uma sociedade que reconhece a igualdade absoluta entre todos os seus membros.
 - (D) exige que as diferenças individuais sejam completamente ignoradas para garantir o tratamento igualitário.
 - (E) baseia-se na ideia de que o tratamento igualitário das minorias depende de demonstrar que não existem diferenças significativas entre elas e o restante da população.
04. Segundo o autor,
- (A) a liberdade individual é justificada pela capacidade de certos modos de vida gerarem resultados melhores que outros.
 - (B) a liberdade é prejudicada pela inexistência de normas morais e sociais amplamente aceitas e voluntariamente seguidas.
 - (C) a igualdade perante a lei é insuficiente para evitar todas as desigualdades decorrentes da liberdade individual.
 - (D) a justificativa filosófica da liberdade é incompatível com qualquer tentativa de reduzir desigualdades materiais na sociedade.
 - (E) para preservar a liberdade, é preciso evitar que as desigualdades materiais se tornem expressivas.
05. A palavra destacada expressa circunstância em relação ao verbo em:
- (A) ...é, **todavia**, a única forma de igualdade que conduz à liberdade...
 - (B) A liberdade não só não tem relação **alguma** com qualquer outro tipo de igualdade...
 - (C) ...ou por pretender torná-los **iguais**...
 - (D) ... geralmente **ainda** se supõe ser esta a principal justificativa dessas exigências.
 - (E) ...e a prova de que **certas** diferenças de fato existem não tardaria a aparecer.
06. ... e provavelmente o fator que mais contribui para tornar **inócuas** as desigualdades a que a liberdade necessariamente leva. (1º parágrafo)
Não é por **presumir** que os indivíduos sejam, de fato, iguais, ou por pretender torná-los iguais... (3º parágrafo)
No contexto em que foram empregados, os vocábulos destacados possuem como sinônimos, respectivamente:
- (A) insignificantes; deduzir
 - (B) superficiais; desejar
 - (C) amenas; estimar
 - (D) inofensivas; considerar
 - (E) incompreensíveis; defender
07. Assinale a alternativa em que se expressa no texto relação causal.
- (A) ... e provavelmente o fator que mais contribui para tornar inócuas as desigualdades a que a liberdade necessariamente leva. (1º parágrafo)
 - (B) A igualdade estabelecida pelas normas legais e de conduta gerais é, todavia, a única forma de igualdade que conduz à liberdade... (2º parágrafo)
 - (C) Não é por presumir que os indivíduos sejam, de fato, iguais, ou por pretender torná-los iguais, que nossa justificativa filosófica da liberdade exige que o Estado trate todos da mesma maneira. (3º parágrafo)
 - (D) Além disso, opõe-se às desigualdades de tratamento dispensado pelo Estado que se tornariam necessárias se fosse preciso garantir, a pessoas efetivamente diferentes, iguais posições na sociedade. (3º parágrafo)
 - (E) É essencial à reivindicação de igualdade perante a lei que as pessoas sejam tratadas do mesmo modo, embora sejam diferentes umas das outras. (4º parágrafo)

08. Leia o trecho a seguir:

... se os efeitos da liberdade individual não demonstrassem que certos modos de vida levam a resultados melhores do que outros, provavelmente **seria** impossível justificá-la. (4º parágrafo)
A forma verbal destacada expressa a ideia de

- (A) condição.
- (B) contradição.
- (C) sentimento.
- (D) desejo.
- (E) possibilidade.

Leia o texto de Yuval Noah Harari para responder às questões de **09 a 15**.

Como toda outra fonte de autoridade, os sentimentos têm suas falhas. O humanismo pressupõe que cada humano tem um eu interior único e autêntico, mas, quando tento escutá-lo, frequentemente deparo ou com silêncio ou com uma cacofonia de vozes conflitantes. Para superar esse problema, o humanismo deu suporte não apenas a uma nova fonte de autoridade, mas também a um novo método de estar em contato com a autoridade e de adquirir conhecimento verdadeiro.

Na Europa medieval, a principal fórmula para o conhecimento era: *Conhecimento = Escrituras × Lógica*. Se queremos saber a resposta a alguma questão importante, devemos ler as escrituras e usar nossa lógica para compreender o significado exato do texto. Por exemplo, estudiosos que quisessem saber qual era o formato da Terra percorriam a Bíblia em busca de referências relevantes. Um ressaltaria que em Jó 38,13 está dito que Deus poderia “agarrar as beiradas da Terra e os iníquos seriam dela sacudidos”. Isso implica — racionaliza o sábio — que, como a Terra tem “beiradas” que podemos “agarrar”, ela deve ser um quadrado plano. Outro sábio rechaça essa interpretação, chamando a atenção para Isaías 40,22, onde se diz que Deus “senta-se no trono acima do círculo da Terra”. Não é prova de que a Terra é redonda? Na prática, isso quer dizer que os sábios buscavam o conhecimento passando anos em escolas e em bibliotecas, lendo cada vez mais textos e aguçando sua lógica para que pudessem entender corretamente o que liam.

A Revolução Científica propôs uma fórmula muito diferente para o conhecimento: *Conhecimento = Dados empíricos × Matemática*. Se quisermos saber a resposta a alguma questão, precisamos reunir dados empíricos relevantes e depois usar ferramentas matemáticas para analisá-los. Por exemplo, para avaliar o verdadeiro formato da Terra, podemos observar o Sol, a Lua e os plane-

tas a partir de vários lugares no mundo. Uma vez acumulado um número suficiente de observações, podemos usar a trigonometria para deduzir não só o formato da Terra, como também a estrutura de todo o sistema solar. Na prática, isso significa que cientistas buscam conhecimento passando anos em observatórios, laboratórios e expedições de pesquisa, a fim de reunir cada vez mais dados empíricos e de aguçar suas ferramentas matemáticas para interpretar os dados corretamente.

A fórmula científica do conhecimento leva a descobertas impressionantes na astronomia, na física, na medicina e em outras áreas. Mas há um enorme senão: não pode lidar com questões de valor e de significado. Os sábios medievais podiam determinar com certeza que é errado matar e roubar e que o propósito da vida humana consiste em fazer a vontade de Deus, porque assim diziam as escrituras. Os cientistas não são capazes de chegar a tais juízos éticos. Nenhuma quantidade de dados e nenhum artifício matemático podem provar que é errado assassinar. Mas as sociedades humanas não são capazes de sobreviver sem esses juízos de valor.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2016. (fragmento)

09. Com base nas ideias apresentadas no texto, é correto afirmar que

- (A) o humanismo entende que os sentimentos são uma fonte infalível de autoridade, permitindo acesso direto ao conhecimento verdadeiro sem contradições internas.
- (B) a presença de sentimentos conflitantes evidencia que o eu interior não é o único nem autêntico, o que refuta um dos pressupostos fundamentais do humanismo.
- (C) a tentativa de acessar o meu interior único e autêntico pode resultar em silêncio ou em vozes conflitantes, levando o humanismo a apoiar novos métodos de aquisição de conhecimento verdadeiro.
- (D) o humanismo rejeita a existência de um eu interior único e autêntico, baseando-se apenas em dados empíricos e matemáticos para adquirir conhecimento.
- (E) o humanismo supera as falhas dos sentimentos ao recorrer exclusivamente à lógica e às escrituras como fontes de autoridade.

10. Segundo o texto, é correto afirmar que, em contraste com a abordagem medieval, o método científico
- (A) mantém a lógica como componente central, mas substitui as escrituras por observações empíricas para compreender o mundo natural.
 - (B) prioriza a observação empírica e o uso de ferramentas matemáticas, permitindo, porém, sua incapacidade de lidar com questões éticas.
 - (C) considera as escrituras e a lógica insuficientes, adotando a intuição e os sentimentos como principais fontes de conhecimento.
 - (D) elimina a necessidade de interpretação humana, confiando exclusivamente em cálculos matemáticos para explicar todas as considerações.
 - (E) permite resolver questões de valor e significado por meio da combinação de dados empíricos e análise matemática.
11. Com base no texto, é correto inferir que
- (A) a ciência, apesar de suas limitações em questões éticas, é suficiente para garantir a sobrevivência das sociedades humanas modernas.
 - (B) os juízos de valor são essenciais para as sociedades humanas, pois a ciência não pode provar respostas para questões de moral e propósito.
 - (C) os avanços científicos substituíram a necessidade de escrituras e lógica na determinação de que é errado matar e roubar.
 - (D) as sociedades medievais enfrentaram dificuldades éticas devido à dependência exclusiva das escrituras e da lógica.
 - (E) a ausência de respostas científicas para questões de valor levou ao colapso das sociedades que adotaram exclusivamente o método científico.
12. O autor emprega linguagem conotativa em:
- (A) ... quando tento escutá-lo, frequentemente deparo ou com silêncio ou com uma cacofonia de vozes conflitantes. (1º parágrafo)
 - (B) Se queremos saber a resposta a alguma questão importante, devemos ler as escrituras... (2º parágrafo)
 - (C) Se quisermos saber a resposta a alguma questão, precisamos reunir dados empíricos relevantes... (3º parágrafo)
 - (D) Na prática, isso significa que cientistas buscam conhecimento passando anos em observatórios, laboratórios e expedições de pesquisa... (3º parágrafo)
 - (E) Nenhuma quantidade de dados e nenhum artifício matemático podem provar que é errado assassinar. (4º parágrafo)
13. No trecho do 2º parágrafo – Mas há um enorme senão: não pode lidar com questões de valor e de significado. –, o sinal de dois-pontos é empregado para introduzir uma
- (A) uma conclusão da ideia anterior.
 - (B) um esclarecimento da ideia anterior.
 - (C) uma exceção à ideia anterior.
 - (D) uma consequência da ideia anterior.
 - (E) uma ressalva à ideia anterior.
14. ... que, **como a Terra tem “beiradas”** que podemos “agarrar”, ela deve ser um quadrado plano. (2º parágrafo)
- ... lendo cada vez mais textos e aguçando sua lógica **para que pudessem entender corretamente** o que liam. (2º parágrafo)
- Assinale a alternativa em que esses trechos são reescritos expressando a mesma ideia do texto original.
- (A) conquanto a Terra tenha “beiradas” / desde que pudessem entender corretamente
 - (B) já que a Terra tem “beiradas” / a fim de que pudessem entender corretamente
 - (C) enquanto a Terra tem “beiradas” / conforme pudessem entender corretamente
 - (D) para que a Terra tenha “beiradas” / visto que pudessem entender corretamente
 - (E) quando a Terra tem “beiradas” / por mais que pudessem entender corretamente
15. No trecho – ... mas, quando tento escutá-lo, frequentemente deparo ou com silêncio ou com **uma cacofonia de vozes conflitantes**. (1º parágrafo) –, a expressão destacada pode, em conformidade com a norma-padrão, ser substituída por
- (A) uma dissonância de sons contrastantes.
 - (B) uma harmonia de vozes opostas.
 - (C) um ruído sutil de opiniões divergentes.
 - (D) consonância de discursos ambíguos.
 - (E) um enredo de opiniões fragmentadas.

16. Leia o texto a seguir.

Compreender a essência da poesia implica _____ uma sensibilidade apurada e disposição para mergulhar no universo das palavras. A criação poética não obedece _____ regras; ao contrário, ela frequentemente desafia convenções, buscando novas formas de expressão. No entanto, o exercício da poesia pode acarretar _____ certo distanciamento da linguagem cotidiana, exigindo do leitor uma atenção especial. Assistir _____ leituras e saraus é uma maneira eficaz de se conectar com essa arte e ampliar a compreensão de diferentes estilos e poéticas.

A alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas é:

- (A) em – a – em – a
- (B) Ø – Ø – Ø – a
- (C) em – a – Ø – a
- (D) Ø – a – Ø – a
- (E) Ø – a – em – a

17. A colocação pronominal observa a norma-padrão em:

- (A) Em assistindo-se a recitais, é possível absorver novas influências e enriquecer a prática criativa.
- (B) Para criar versos envolventes, o poeta jamais entrega-se a receitas criativas de poemas.
- (C) O impacto emocional de um poema depende de como exploram-se ritmos e imagens com sutileza.
- (D) Haveria menos impacto se se desprezasse a harmonia entre forma e conteúdo na poesia.
- (E) As emoções expressas no poema não limitam-se-iam a sentimentos óbvios já esperados.

18. A pontuação está em conformidade com a norma-padrão em:

- (A) O enfrentamento dos problemas na saúde pública exige planejamento, além disso, amplia-se a necessidade de investimentos contínuos.
- (B) Políticas de prevenção como a ampliação do acesso a exames e a promoção da saúde, são essenciais, especialmente em vulnerabilidades.
- (C) As políticas de saúde, externas para a prevenção precisam ser inovadas urgentemente, com ampliação de serviços.
- (D) Com a alta demanda por medicina alternativa, nomeou-se o ministro Gusmão que aconselha o governo a investir mais na prevenção de doenças.
- (E) As políticas públicas, além de fragmentadas muitas vezes falham na cooperação com a iniciativa privada.

19. Leia o texto a seguir.

Na biblioteca antiga, encontrei uma carta endereçada _____ curadoria, _____ cabia decidir o destino dos livros raros. A carta fazia referência _____ coleções especiais que constavam desde o início da instituição. Fiquei admirado ao ler, percebendo a importância do trabalho. No final, havia uma nota de agradecimento _____ instituição pela preservação dos manuscritos.

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas.

- (A) à ... à qual ... as ... à
- (B) à ... a qual ... as ... à
- (C) a ... à qual ... às ... à
- (D) à ... à qual ... às ... a
- (E) à ... a qual ... às ... à

20. A frase cuja escrita atende à norma-padrão de concordância verbal é:

- (A) Tratam-se, nas discussões globais, de questões políticas de alta complexidade.
- (B) Deve-se as políticas preventivas ao esforço coletivo de mitigação dos danos ambientais.
- (C) A reunião foi polêmica, e a maioria da assembleia manifestou estar preocupada com a situação geopolítica.
- (D) Tem-se previsto novos modelos econômicos, que requerem adaptações sociais e ambientais.
- (E) Verifiquem-se, nos grandes centros urbanos, que a adoção de medidas ambientais aumentou significativamente.

DIREITO PENAL**RENATO PULZ****21.** Na leitura do texto legal do Código Penal, pode-se verificar a previsão expressa de Princípios do Direito Penal e a adoção pelo legislador de teorias consagradas pela doutrina. Sobre o tema, marque a alternativa correta.

- (A) Do art. 1º do Código Penal, extraem-se os Princípios da Reserva legal, da anterioridade e da taxatividade da lei penal.
- (B) Em decorrência do princípio da legalidade, aplica-se, em regra, a lei penal vigente ao tempo da realização do fato criminoso, sem exceções.
- (C) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e extra-penais da sentença condenatória.
- (D) Considera-se praticado o crime no momento do resultado.
- (E) *Novatio Legis in Mellius* se aplica desde que não tenha decisão transitado em julgado.

- 22.** Sobre a ação penal e as disposições do Código Penal, marque a alternativa correta.
- (A) A ação de iniciativa privada é promovida mediante denúncia do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
 - (B) Em um crime de homicídio ação penal será sempre de iniciativa do Ministério Público.
 - (C) No caso de morte do ofendido, o irmão da vítima poderá oferecer a queixa-crime ou prosseguir na ação.
 - (D) A representação será irretratável depois de recebida a denúncia.
 - (E) O ofendido poderá escolher a qual dos querelados poderá conceder o perdão do ofendido.
- 23.** Quando a lei penal é violada surge para o Estado o poder-dever de punir o agente, mas em determinados casos o Estado perde essa prerrogativa, é a chamada extinção da punibilidade. Sobre o tema, marque a alternativa correta.
- (A) Há outras hipóteses de extinção de punibilidade para além das que estão previstas no art. 107 do CP.
 - (B) O perdão do ofendido é ato unilateral.
 - (C) A morte do ofendido é uma das causas de extinção da punibilidade.
 - (D) O juiz poderá conceder o perdão judicial quando achar que o réu merece.
 - (E) Os prazos do tempo para a prescrição do crime serão reduzidos a metade quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) ou maior de 70 (setenta) anos.
- 24.** Roberto e seu irmão gêmeo, Erasmo, já com dezoito anos, estavam brincando de lutar judô em casa, quando Roberto deu um golpe e Erasmo acabou batendo a cabeça contra o chão de concreto da garagem. O traumatismo causou a morte do jovem. Considerando que Roberto não desejou a morte do irmão, nem assumiu esse risco, marque a alternativa correta sobre o caso.
- (A) Não será possível conceder o perdão judicial.
 - (B) Roberto deverá responder por homicídio privilegiado.
 - (C) A conduta deve ser enquadrada como homicídio qualificado.
 - (D) A conduta corresponde ao homicídio culposo.
 - (E) Roberto responderá pelo crime de lesão corporal seguida de morte.
- 25.** Maria, estagiária concursada da prefeitura do município X, no exercício dessa sua função, solicitou de um particular que buscava atendimento em determinado órgão a quantia de R\$ 500,00 para acelerar o procedimento administrativo. O particular consternado com a atitude de Maria, rechaçou sem pestanejar a solicitação e levou o caso a autoridade policial mais próxima. Conforme o caso narrado, marque a alternativa correta.
- (A) Apesar de imoral, a conduta de Maria não configura crime, pois em relação ao valor se aplica o Princípio da Insignificância.
 - (B) Não é um crime contra a administração pública, pois Maria é estagiária.
 - (C) Maria cometeu o crime de corrupção passiva.
 - (D) A conduta da Maria se amolda ao crime de concussão.
 - (E) Não houve crime, pois o particular não pagou a quantia solicitada, logo não houve vantagem indevida.
- 26.** Marcelo, que é médico em um hospital integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), na cidade Z, mediante o fornecimento de senha, permite o acesso de uma empresa funerária à relação dos nomes e da qualificação de pessoas constantes do banco de dados da Administração pública, para que esta tenha informações prévias sobre pacientes que vieram à óbito e utilize a informação para oferecer antes da concorrência os serviços às famílias. Porém não houve o uso das informações. Sobre o caso, marque a alternativa correta.
- (A) Não houve crime, pois não se consumou, já que não houve a utilização das informações.
 - (B) Marcelo cometeu o delito de violação de segredo profissional.
 - (C) Marcelo não é funcionário público para fins penais.
 - (D) A conduta descrita se amolda ao crime de violação de sigilo funcional.
 - (E) Marcelo cometeu o crime de favorecimento pessoal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**LORENA OCAMPOS**

- 27.** No que concerne ao direito de representação na ação penal pública condicionada à representação, assinale a alternativa Certa.
- (A) A representação deverá ser oferecida no prazo de 6 meses a contar da data do fato.
- (B) A representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.
- (C) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou colateral até o terceiro grau.
- (D) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.
- (E) O órgão do Ministério Público não poderá dispensar o inquérito, ainda que com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a denúncia.
- 28.** Sobre o acordo de não persecução penal, assinale a alternativa Certa.
- (A) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pela autoridade policial, pelo investigado e por seu defensor.
- (B) Cumprido integralmente o acordo de não persecução penal, o juízo competente proferirá sentença de absolvição.
- (C) Para a homologação do acordo de não persecução penal, será realizada audiência na qual o juiz deverá verificar a sua voluntariedade, por meio da oitiva do investigado na presença do seu defensor, e sua legalidade.
- (D) No caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o acordo de não persecução penal, caberá interposição de recurso em sentido estrito.
- (E) O acordo de não persecução penal não se aplica se tiver sido o agente beneficiado nos dez anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo
- 29.** Nos termos do art. 72, do Código de Processo Penal, não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á
- (A) pelo domicílio ou residência da vítima.
- (B) pelo domicílio ou residência do réu.
- (C) pela prevenção.
- (D) pelo domicílio da vítima ou pelo domicílio do réu.
- (E) pela continência.
- 30.** Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo(a)
- (A) domicílio ou residência do réu.
- (B) domicílio ou residência da vítima.
- (C) conexão.
- (D) continência.
- (E) prevenção.
- 31.** Durante o curso da ação penal, verificou-se que Marcos, apontado como réu na ação penal, estava fora do território da jurisdição do juiz processante. Diante disso, considerando tão somente essas informações apresentadas, Marcos deverá, de acordo com o que estabelece o Código de Processo Penal, ser citado
- (A) por edital.
- (B) por hora certa.
- (C) por carta precatória.
- (D) por carta rogatória.
- (E) na pessoa de seu advogado.
- 32.** Carlos foi denunciado pela suposta prática do crime de estupro. Apesar da adoção de todas as providências possíveis para localizá-lo, Carlos não foi encontrado, inexistindo outros meios possíveis que possam auxiliar na localização. Diante da situação narrada e considerando as disposições do Código de Processo Penal, Carlos será citado
- (A) por edital.
- (B) por hora certa.
- (C) por carta precatória.
- (D) por carta rogatória.
- (E) na pessoa de seu advogado.

- 33.** Sobre a função de jurado, assinale a alternativa Errada.
- (A) O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 anos de notória idoneidade.
 - (B) Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 10 a 100 salários-mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.
 - (C) O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.
 - (D) O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.
 - (E) O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos.
- 34.** O funcionário público processado criminalmente por prática de crime funcional tem direito às regras do art. 514 do Código de Processo Penal, ou seja, à defesa preliminar,
- (A) quando for maior de sessenta anos.
 - (B) somente se for reincidente.
 - (C) quando, tendo praticado mais de um crime, a soma das penas não ultrapasse quatro anos de reclusão.
 - (D) sempre que o delito for afiançável.
 - (E) quando for maior de oitenta anos.
- 35.** De acordo com o que dispõe o art. 654 do Código de Processo Penal, o habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa,
- (A) apenas em benefício próprio, bem como pelo Ministério Público.
 - (B) apenas em benefício de terceiro, bem como pelo Ministério Público.
 - (C) em benefício próprio ou de terceiro, bem como pelo Ministério Público.
 - (D) não pode ser impetrado pelo Ministério Público.
 - (E) inclusive por Juiz de Direito, em caso de ilegalidade praticada por si próprio nos autos em que exerce jurisdição.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**CRISTINY ROCHA**

- 36.** Sobre as normas fundamentais do processo civil, conforme disposições do CPC, é correto afirmar que:
- (A) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, na fase preliminar do processo.
 - (B) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, salvo a atividade satisfativa.
 - (C) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
 - (D) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de anulabilidade.
 - (E) Nos casos de segredo de justiça, pode ser autorizada a presença somente das partes, de terceiros interessados, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.
- 37.** Sobre a competência interna, conforme disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:
- (A) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, salvo se o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.
 - (B) A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro do seu domicílio.
 - (C) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa.
 - (D) O autor pode optar pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de eleição ainda que o litígio verse sobre direito de propriedade.
 - (E) Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a ação será proposta no foro de domicílio do autor, e, se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.

- 38.** Sobre a execução de pagar quantia certa, conforme as disposições da Lei nº 13.105/15, assinale a alternativa correta:
- (A) Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado, sendo que se o pagamento integral for realizado em 5 dias, o valor será reduzido pela metade.
 - (B) Formalizada penhora sobre bens suficientes para cobrir o valor da dívida, o exequente providenciará, no prazo de dez dias, o cancelamento das averbações relativas àqueles não penhorados.
 - (C) Presume-se em fraude contra credores a alienação ou a oneração de bens efetuada após a averbação premonitória.
 - (D) Do mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com citação do executado.
 - (E) Se o oficial de justiça não encontrar o executado, informará diretamente o juízo que poderá autorizar a realização de arresto executivo.
- 39.** Conforme disposições do CPC, sobre a prova testemunhal, pode-se afirmar que:
- (A) a testemunha não é obrigada a depor quando isso possa acarretar dano a seus parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;
 - (B) Quando a testemunha, por enfermidade ou por outro motivo relevante, estiver impossibilitada de comparecer, deverá o juiz inquiri-la imediatamente no local em que estiver.
 - (C) é suspeito para ser testemunha o que é parte na causa.
 - (D) Sendo necessário, pode o juiz admitir o depoimento das testemunhas menores e impedidas, mas não das suspeitas.
 - (E) Podem depor como testemunhas todas as pessoas, ainda que incapazes, impedidas ou suspeitas..
- 40.** Sobre recursos, conforme regramento dado pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:
- (A) É cabível o recurso de embargos infringentes.
 - (B) Dos despachos não cabe recurso, salvo quando interlocutórios.
 - (C) O recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso, e, se não o fizer, o tribunal determinará a correção do vício formal, ou poderá desconsiderá-lo caso a informação já conste do processo eletrônico.
 - (D) O juiz de primeiro grau receberá a apelação e as contrarrazões e após as formalidades legais e realização de juízo de admissibilidade, remeterá ao tribunal.
 - (E) Descabe agravo de instrumento da decisão sobre a rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio.
- 41.** Acerca das ações possessórias, conforme disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:
- (A) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado em caso de esbulho.
 - (B) Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, após ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração.
 - (C) Contra as pessoas jurídicas de direito público será deferida a manutenção ou a reintegração liminar quando preenchidos os requisitos para reintegração, podendo o representante da pessoa jurídica se manifestar posteriormente bem como apresentar o respectivo recurso cabível.
 - (D) Incumbe ao réu provar a turbação ou o esbulho.
 - (E) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho e reintegrado em caso de turbação.
- 42.** Acerca da gratuidade da justiça no processo civil, assinale a alternativa incorreta:
- (A) A gratuidade da justiça compreende as taxas e custas judiciais.
 - (B) A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
 - (C) A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.
 - (D) O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não podendo se estender a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário.
 - (E) Requerida a concessão de gratuidade da justiça em recurso, o recorrente estará dispensado de comprovar o recolhimento do preparo, incumbindo ao relator, neste caso, apreciar o requerimento e, se indeferi-lo, fixar prazo para realização do recolhimento.

43. Sobre citação, conforme disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:
- (A) Na ação de usucapião de imóvel, os confinantes serão citados pessoalmente, exceto quando tiver por objeto unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada.
 - (B) Nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, que, entretanto, poderá recusar o recebimento, se declarar, por escrito, sob as penas da lei, que o destinatário da correspondência está ausente.
 - (C) Nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a intimação por hora certa feita a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência.
 - (D) A parte que requerer a citação por edital, alegando dolosamente a ocorrência das circunstâncias autorizadoras para sua realização, incorrerá em multa de 3 vezes o salário-mínimo.
 - (E) O réu será considerado em local ignorado ou incerto se infrutíferas as tentativas de sua localização, inclusive mediante requisição pelo juízo de informações sobre seu endereço nos cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias de serviços públicos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

PÂMELLA THAYNÁ

44. Mariana, freira e bastante apegada às vestes religiosas, ao tentar renovar sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH), foi impedida de tirar a foto do documento utilizando seu hábito religioso (veste que inclui um véu que encobre a cabeça). Com base na situação hipotética e no entendimento do STF, é correto afirmar que:
- (A) A proibição imposta a Mariana é razoável e não violava sua liberdade religiosa.
 - (B) A proibição é inconstitucional, pois o direito à liberdade religiosa, garantido pela Constituição Federal (art. 5º, VI), assegura a todos o uso de vestimentas de caráter religioso em quaisquer fotos de documentos oficiais, sem limitações.
 - (C) Desde que viável a adequada identificação de Mariana, sua manifestação de fé deve ser respeitada, sendo assegurado o uso de vestimentas ou acessórios religiosos na fotografia de documentos oficiais, em observância ao direito à liberdade religiosa (art. 5º, VI, CF/88) e ao princípio da proporcionalidade.

- (D) O STF entendeu que, para preservar a segurança e a uniformidade dos documentos, é sempre obrigatória a remoção de quaisquer acessórios que ocultem partes da face ou da cabeça.
 - (E) A proibição é válida, pois o princípio da liberdade religiosa não se aplica no caso de documentos oficiais que exigem total visibilidade da face, impossibilitando a utilização de vestimentas que encubram qualquer parte da cabeça.
45. Sobre os remédios constitucionais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.
- (A) Apesar de não haver previsão constitucional expressa, admite-se a impetração de habeas corpus coletivo.
 - (B) Parlamentar pode impetrar mandado de segurança coletivo, tendo em vista que é integrante de partido político com representação no Congresso Nacional.
 - (C) O Ministério Público pode interpor ação popular a fim de anular desvios de recursos públicos praticados por gestores de autarquias.
 - (D) As ações de habeas corpus e de mandado de segurança são gratuitas.
 - (E) Conceder-se-á mandado de injunção para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante.
46. Em relação aos direitos sociais, a Constituição Federal prevê expressamente que:
- (A) A remuneração do serviço extraordinário deverá ser superior, no máximo, em cinquenta por cento à do serviço normal.
 - (B) O seguro contra acidentes de trabalho é de responsabilidade compartilhada entre empregado e empregador.
 - (C) A garantia da irredutibilidade do salário pode ser relativizada em convenção ou acordo coletivo.
 - (D) O aposentado filiado não tem direito a voto nas organizações sindicais.
 - (E) Será devido adicional vinte por cento na remuneração para as atividades penosas.

47. Paula, brasileira naturalizada, decide firmar residência em um outro país e lá adquiriu nova nacionalidade.
De acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que:
- (A) A aquisição de nova nacionalidade não acarreta a perda da nacionalidade brasileira.
 - (B) Paula não poderia ter adquirido outra nacionalidade derivada.
 - (C) Por ter adquirido outra nacionalidade, Paula perdeu sua nacionalidade brasileira.
 - (D) Por ser brasileira, Paula jamais poderá ser extraditada do território brasileiro.
 - (E) Paula pode perder a nacionalidade brasileira em virtude da prática de atividade nociva ao interesse nacional.
48. A respeito dos servidores públicos, assinale a alternativa que está de acordo com o exposto na Constituição Federal.
- (A) Os servidores públicos organizados em carreira serão remunerados exclusivamente por subsídio.
 - (B) A gratificação pelo exercício de função de confiança poderá ser incorporada à remuneração do agente público, isto é, desde que respeitado o teto remuneratório.
 - (C) A proibição de acumulação de cargos, empregos e funções abrange as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
 - (D) O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
 - (E) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo em comissão.
49. Nos termos da Constituição Federal brasileira, assinale a alternativa correta:
- (A) Os Estados podem subdividir-se ou desmembrar-se para formarem novos Estados, mediante aprovação da população diretamente interessada, desde que dentro do período determinado por Lei Complementar Federal.
 - (B) Os Territórios Federais integram o Estado em que está situado seu território.
 - (C) A criação de Municípios depende, dentre outros requisitos, de previsão em lei complementar estadual.
 - (D) A organização político administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mas não os Territórios Federais.
 - (E) O Distrito Federal é a Capital Federal do Brasil.
50. Considerando o disposto na Constituição Federal a respeito do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.
- (A) Lei complementar, de iniciativa do Tribunal de Justiça de cada Estado, disciplinará a carreira da magistratura no âmbito de atuação.
 - (B) Não se admite a recondução de desembargadores para os cargos de direção dos Tribunais.
 - (C) O ingresso na carreira da magistratura tem como requisito a formação em direito e o exercício da advocacia por, no mínimo, três anos.
 - (D) Nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, deverá ser constituído órgão especial.
 - (E) A lei pode limitar a presença, em determinados atos do processo, às partes e a seus advogados ou apenas aos advogados das partes.
51. Considerando as disposições constitucionais e entendimento jurisprudencial do STF a respeito das funções essenciais da justiça, assinale a alternativa correta.
- (A) A defesa dos direitos e interesses das populações indígenas é uma das funções institucionais da defensoria pública.
 - (B) É constitucional a exigência de inscrição de defensor público nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - (C) Aos membros da defensoria pública é assegurado o exercício da advocacia privada, desde que não atue contra a Fazenda Pública que os remunere.
 - (D) O Procurador Geral da República, chefe do Ministério Público da União, tem o mandato de dois anos, admitidas sucessivas reconduções.
 - (E) Lei Complementar estadual que confere à Defensoria Pública a prerrogativa de requisitar a instauração de inquérito policial é constitucional por propiciar o regular exercício das atribuições da instituição.

DIREITO ADMINISTRATIVO

MARIA JULIA

52. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos, considera-se como "cargo público":
- (A) A função exercida em uma empresa privada.
 - (B) Um conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário.
 - (C) Um documento que comprova a posse de um funcionário.
 - (D) Um benefício concedido ao servidor público.
 - (E) Uma vaga disponível em uma repartição pública.

- 53.** Assinale a alternativa abaixo que não é uma forma de provimento de cargos públicos segundo o Estatuto:
- (A) Nomeação.
(B) Reintegração.
(C) Transferência.
(D) Promoção.
(E) Acesso.
- 54.** Assinale a alternativa que indica um dos requisitos para a posse em cargo público conforme o Estatuto:
- (A) Ser filho de funcionário público.
(B) Ter completado 21 anos de idade.
(C) Estar em dia com as obrigações militares.
(D) Ser residente no Estado de São Paulo.
(E) Ter experiência anterior na área.
- 55.** Juliana, funcionária pública, faltou ao serviço por 12 dias, sendo 5 justificadas e 7 injustificadas. A consequência em relação às suas férias será:
- (A) Juliana terá 30 dias de férias.
(B) Juliana terá 20 dias de férias.
(C) Juliana não terá direito a férias.
(D) Juliana terá férias reduzidas para 15 dias.
(E) Juliana poderá acumular as férias por mais de dois anos.
- 56.** De acordo com o Art. 9º da Lei sobre atos de improbidade administrativa, é considerado ato de improbidade a ação de um agente público que:
- (A) Realiza suas funções de forma correta, mas comete um erro administrativo.
(B) Recebe um presente de um cidadão que não tem interesse em seus serviços.
(C) Recebe vantagem econômica para facilitar a aquisição de bens públicos por preço superior ao de mercado.
(D) Trabalha em um projeto social sem remuneração.
(E) Se recusa a receber pagamentos indevidos.
- 57.** Um servidor público que permite que terceiros utilizem bens da administração pública sem a devida formalidade legal está cometendo:
- (A) Uma ação legal, desde que não haja prejuízo.
(B) Um ato de improbidade administrativa, pois isso pode causar prejuízo ao erário.
(C) Uma negligência, mas não uma improbidade.
(D) Uma falta grave, mas não tipificada na lei.
(E) Uma prática aceitável se houver interesse público.
- 58.** Assinale a situação abaixo que é classificada como enriquecimento ilícito segundo o Art. 9º:
- (A) Um agente público que usa carro oficial para fins pessoais em dias de folga.
(B) Um funcionário que aceita um cargo de consultoria em uma empresa que tem interesse nas suas decisões.
(C) Um servidor que solicita a ajuda de um colega para melhorar o atendimento público.
(D) Um funcionário que participa de um curso de capacitação oferecido pela empresa.
(E) Um agente público que não publica atos administrativos na forma devida.
- 59.** De acordo com o Art. 10, assinale a ação a seguir que constitui ato de improbidade que causa lesão ao erário:
- (A) Permitir a utilização de bens públicos sem formalidades.
(B) Realizar uma despesa sem autorização legal.
(C) Comprar materiais a preços de mercado.
(D) Publicar atos administrativos regularmente.
(E) Convocar servidores para eventos sem aviso prévio.
- 60.** A penalidade prevista para atos de improbidade administrativa que resultam em enriquecimento ilícito, segundo o Art. 12, é:
- (A) Perda da função pública e multa civil.
(B) Advertência e suspensão de direitos políticos.
(C) Proibição de participar de licitações.
(D) Apenas multa civil.
(E) Apenas a restituição dos bens.

DIREITO CIVIL

MARCELO MACYNTIRE

- 61.** Marque a opção correta:
- (A) Os filhos absolutamente incapazes, quando praticarem atos que causem prejuízos, serão solidariamente responsáveis com seus pais pelos danos causados.
(B) O incapaz não responde pelos prejuízos que causar a terceiros, pois a obrigação de indenizar recai sempre sobre os seus representantes legais.
(C) Embora a violação moral atinja apenas os direitos subjetivos da vítima, com o falecimento desta, o direito à respectiva indenização transmite-se ao espólio e aos herdeiros.
(D) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 (dezoito) anos.
(E) A existência de relação de emprego particular cessará a incapacidade dos menores, independentemente de economia própria.

62. Marque a opção correta:

- (A) A proteção que o Código Civil confere ao nascituro não alcança o natimorto no que concerne aos direitos da personalidade.
- (B) Segundo expressa previsão do Código Civil, os índios são incapazes relativamente a certos atos ou à maneira de exercê-los.
- (C) Segundo entendimento majoritário, o menor de dezessete anos de idade que se divorciar retornará à situação de relativamente incapaz.
- (D) No atual sistema jurídico brasileiro, os nascituros não gozam de proteção jurídica, iniciando-se a personalidade civil a partir do nascimento com vida.
- (E) A emancipação, o casamento e o exercício de emprego público efetivo geram a cessação da incapacidade para os menores.

63. Marque a opção correta:

- (A) Ressalvadas as exceções previstas em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício, no entanto, sofrer limitação voluntária.
- (B) Os direitos da personalidade são sempre intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária, sem exceções.
- (C) Todos os direitos da personalidade, sem exceção, são aplicáveis à pessoa jurídica.
- (D) Os direitos da personalidade são absolutamente intransmissíveis e irrenunciáveis.
- (E) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física ou contrariar os bons costumes.

64. Marque a opção correta:

- (A) Considerando que a personalidade civil começa com o nascimento com vida, não há que se falar em proteção dos direitos da personalidade do natimorto.
- (B) O exercício dos direitos da personalidade não pode sofrer limitação voluntária, mesmo que não seja permanente e nem geral, em razão da indisponibilidade destes.
- (C) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo, entretanto, o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (D) Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, mas o seu exercício pode sofrer limitação voluntária.
- (E) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou intervenção cirúrgica.

65. Marque a opção correta:

- (A) De acordo com o Código Civil, perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local. Desta forma, aplica-se a previsão do Código Civil de que os direitos reais sobre coisas móveis, quando constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos, só se adquirem com a tradição.
- (B) A pessoa natural tem domicílio necessário no local onde fixa a sua residência com ânimo definitivo.
- (C) O servidor público possui domicílio necessário no lugar em que exercer, permanentemente, suas funções.
- (D) Nos contratos escritos não poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
- (E) Ninguém tem domicílio necessário, salvo lei posterior que assim o determine.

66. Marque a opção correta:

- (A) De acordo com a LINDB, as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família são determinadas pela lei do país em que domicilia a pessoa.
- (B) Conforme o Código Civil, o domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo este da Marinha ou da Aeronáutica, onde o navio ou a aeronave estiverem matriculados; o do marítimo, onde o navio estiver atracado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença.
- (C) A sucessão por ausência não obedece à lei do país em que esteja domiciliado o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.
- (D) O terceiro desinteressado que cumpre a obrigação não pode ficar sub-rogado nos direitos do credor, desde que este expressamente os transfira àquele.
- (E) Segundo o Código Civil, sem prejuízo do previsto em legislação especial e em atos constitutivos, as pessoas jurídicas de direito privado podem realizar suas assembleias gerais por meio eletrônico, respeitados os direitos previstos de participação e de manifestação, exceto para fins de destituição dos administradores e de alteração do estatuto.

67. Marque a opção correta:

- (A) Os bens públicos dominicais não podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- (B) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- (C) Os móveis das instalações físicas destinadas à prestação do serviço delegado extrajudicial de notas e registro são bens públicos.
- (D) A inalienabilidade do bem público é absoluta.
- (E) Os bens públicos não comportam a possibilidade de uso privativo por particulares.

68. Marque a opção correta:

- (A) A concessão de uso de bem público é um contrato administrativo por meio do qual o particular tem uso exclusivo do bem, em geral para desenvolvimento de atividade pública de grande vulto. Assim, a administração, em nome do interesse público, pode escolher livremente o concessionário.
- (B) Os Municípios não constam da vocação hereditária de aquisição de propriedade, caso o antigo proprietário faleça sem que sobreviva qualquer herdeiro.
- (C) Autorização de uso é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público consente que determinado indivíduo utilize bem público de modo privativo, atendendo ao interesse público.
- (D) Concessão de uso é o ato administrativo pelo qual o Poder Público confere a determinado indivíduo a utilização de bem público de modo privativo, atendendo primordialmente a seu próprio interesse.
- (E) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído.

69. Marque a opção correta:

- (A) A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade.
- (B) O negócio jurídico nulo pode ser confirmado e ratificado, embora não convalesça pelo decurso do tempo.
- (C) É nulo o negócio jurídico firmado por agente relativamente incapaz.
- (D) É anulável o negócio jurídico que não adotar a forma prescrita em lei.
- (E) O negócio jurídico anulável pode ser pronunciado de ofício e pode ser alegado por qualquer interessado, bem como pelo Ministério Público.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

WESLEI MACHADO

70. Considere que um Município, ao proceder com a cobrança de créditos de natureza não tributária, optou por incluir, na inscrição em dívida ativa, valores referentes à atualização monetária, juros de mora e multas, conforme previsto em legislação municipal específica. Em relação ao procedimento adotado pelo Município e conforme a Lei n. 6.830/1980, é correto afirmar que:

- (A) A inclusão de juros e multas na inscrição em dívida ativa é vedada pela Lei n. 6.830/1980, que restringe a composição da dívida ativa apenas aos valores principais e atualização monetária.
- (B) A prefeitura agiu incorretamente, pois a inscrição em dívida ativa não pode incluir encargos de multa de mora, que devem ser cobrados separadamente em processo administrativo próprio.
- (C) A prefeitura procedeu de forma adequada, pois a Lei n. 6.830/1980 permite a inclusão de atualização monetária, juros, multa de mora e outros encargos previstos em lei ou contrato na inscrição da dívida ativa.
- (D) Somente os valores principais e a atualização monetária podem ser incluídos na dívida ativa, sendo os juros e multas considerados ilegais mesmo quando previstos em contrato ou lei municipal.
- (E) A inscrição em dívida ativa da Fazenda Pública somente abrange valores tributários, sendo a inclusão de créditos não tributários e respectivos encargos uma prática contrária à Lei n. 6.830/1980.

- 71.** De acordo com a Resolução n. 354/2020 do CNJ, que regulamenta a citação e a intimação por meio eletrônico no âmbito do Poder Judiciário, é correto afirmar que:
- (A) As citações e intimações eletrônicas só podem ser realizadas por oficiais de justiça, sendo vedado o cumprimento por secretaria do juízo.
 - (B) É obrigatório o uso de mensagens públicas para o cumprimento eletrônico de atos processuais, exceto em casos de ocultação.
 - (C) A documentação do cumprimento da citação e da intimação eletrônica deve incluir um comprovante de recebimento, mas não é necessário especificar o dia e a hora em que ocorreu.
 - (D) O cumprimento das citações e das intimações por meio eletrônico pode ser realizado pela secretaria do juízo ou pelos oficiais de justiça.
 - (E) O cumprimento eletrônico de atos processuais é realizado exclusivamente por meio de certidão detalhada de como o destinatário tomou conhecimento do teor da comunicação.
- 72.** Após a propositura de uma ação de cobrança com valor atribuído à causa, a parte autora deve recolher a taxa judiciária no ato da distribuição da ação. De acordo com a Lei Estadual n. 11.608/2003, qual é o percentual correto da taxa judiciária a ser recolhida neste momento?
- (A) 4% do valor da causa, conforme aplicação para preparo de apelação e recurso adesivo.
 - (B) 2% do valor da causa, como determinado para a distribuição de execução de título extrajudicial.
 - (C) 1,5% do valor da causa, conforme estipulado para a distribuição de ações como cobrança.
 - (D) 2% do valor do crédito, conforme estabelecido para a instauração da fase de cumprimento de sentença.
 - (E) 5%, que é o valor mínimo a ser recolhido em qualquer situação envolvendo cobrança de taxa judiciária.
- 73.** Em uma ação de indenização por danos morais, o valor da causa inicialmente estipulado foi majorado após a fase de instrução, devido à inclusão de novos elementos que aumentaram o montante pleiteado. Conforme a Lei Estadual n. 11.608/2003, qual é o prazo para o recolhimento da diferença da taxa judiciária após esta majoração?
- (A) A diferença da taxa deve ser recolhida dentro de 30 dias após a majoração do valor da causa.
 - (B) O recolhimento da diferença da taxa deve ocorrer em até 15 dias após a decisão que alterou o valor da causa.
 - (C) A diferença da taxa deve ser recolhida imediatamente após a alteração do valor da causa.
 - (D) Não é necessário recolher a diferença da taxa, pois a taxa inicial cobre quaisquer alterações futuras no valor da causa.
 - (E) A diferença da taxa judiciária deve ser paga no momento da sentença final.
- 74.** Durante uma inspeção na Vara de Família, foi identificado que um funcionário credenciado permitiu que outro colega, sem o devido acesso, utilizasse sua senha pessoal do SAJ/PG para realizar um procedimento no sistema informatizado. Com base nas Normas de Serviço da Corregedoria-Geral de Justiça, qual é a conformidade dessa ação com as normas estabelecidas?
- (A) É vedada, e o funcionário credenciado deve ser responsabilizado por ceder sua senha.
 - (B) É permitida, desde que o funcionário que utilizou a senha esteja realizando uma tarefa sob a supervisão direta do funcionário credenciado.
 - (C) É permitida, caso não exista outro funcionário disponível com a devida credencial.
 - (D) A ação está conforme as normas, pois facilita a operacionalidade e a eficiência do serviço judicial.
 - (E) É aceitável, desde que o funcionário que acessou o sistema sem credencial esteja em processo de treinamento.

- 75.** Em uma diligência para cumprimento de mandado judicial, um oficial de justiça identifica a necessidade de arrombamento e reforço policial para executar a ordem em uma residência cujo ocupante se recusa a cooperar. Conforme as Normas de Serviço da Corregedoria-Geral de Justiça, qual procedimento deve o oficial de justiça seguir imediatamente após essa constatação?
- (A) Solicitar diretamente ao delegado local o apoio policial necessário, sem a necessidade de comunicação ao juízo.
- (B) Retornar ao tribunal e aguardar nova ordem judicial que autorize expressamente o arrombamento e o reforço policial.
- (C) Ignorar a necessidade de arrombamento e reforço policial, executando o mandado conforme possível sem essas medidas.
- (D) Realizar o arrombamento sem o reforço policial, registrando o fato no mandado para posterior apreciação judicial.
- (E) Apresentar ao juízo um requerimento padronizado solicitando a requisição de força policial, o qual, se deferido, servirá de autorização.
- 76.** Considerando a realização de leilões judiciais no âmbito das varas das Comarcas diversas da Comarca da Capital, o procedimento padrão para a execução dos leilões presenciais, conforme as Normas de Serviço da Corregedoria-Geral de Justiça é:
- (A) Os leilões devem ser sempre realizados por oficiais de justiça, independentemente da existência de leiloeiros públicos credenciados.
- (B) Os leilões são normalmente conduzidos pelos escreventes do Ofício dos Leilões Públicos, salvo em situações excepcionais que demandem a intervenção de leiloeiros públicos credenciados.
- (C) Os escreventes do Ofício dos Leilões Públicos realizam os leilões presenciais, exceto em casos excepcionais onde não haja impedimento legal para leiloeiros públicos credenciados atuar.
- (D) Os leilões presenciais são sempre realizados por leiloeiros públicos credenciados, a menos que estes estejam impedidos legalmente, caso em que os oficiais de justiça podem apregoá-los.
- (E) Em todas as situações, os leilões devem ser realizados virtualmente para garantir a transparência e o acesso público.
- 77.** De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria-Geral de Justiça, em relação ao procedimento para o cumprimento de mandados nas Varas das Execuções Fiscais da Fazenda Pública da Comarca da Capital, analise as seguintes afirmações e assinale a alternativa correta.
- (A) A numeração da carga precisa ser anotada em todos os mandados, independente de constar no sistema informatizado, para garantir a rastreabilidade do processo.
- (B) Quando não há prazo expressamente determinado na ordem judicial, os mandados devem ser cumpridos em até 45 dias, a menos que haja uma determinação específica para um prazo menor.
- (C) A data da distribuição do mandado ao oficial de justiça e seu nome não são registrados no sistema informatizado, pois essas informações são gerenciadas manualmente.
- (D) Os oficiais de justiça devem assinar o livro de cargas apenas quando o mandado não for urgentemente expedido, seguindo a prática regular de controle.
- (E) Os mandados cumpridos devem ser registrados no livro de cargas manualmente após a baixa no sistema informatizado, para que o oficial de justiça confirme sua entrega.
- 78.** De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria-Geral de Justiça, assinale a alternativa correta referente ao procedimento de envio e confirmação de recebimento de alvarás de soltura:
- (A) O alvará de soltura é enviado apenas por correio eletrônico, e a confirmação de recebimento pela autoridade responsável pela custódia é opcional, dependendo da determinação do juiz do caso.
- (B) Caso o alvará de soltura não seja confirmado pela autoridade custodiante por via telefônica, a situação deve ser certificada nos autos e um novo alvará deve ser expedido.
- (C) Se o preso estiver em outra unidade da Federação, o alvará deve ser enviado por carta precatória física, exclusivamente.
- (D) Em todos os casos, o alvará de soltura deve ser entregue pessoalmente pelo juiz responsável para garantir o cumprimento efetivo da ordem judicial.
- (E) O ofício de justiça deve confirmar o recebimento do alvará de soltura por via telefônica, registrando o nome de quem recebeu a ordem e a data e horário da ligação.

ATUALIDADES

OTONIEL LINHARES

79. Em 2024, diversas políticas ambientais e econômicas receberam destaque na mídia global devido a crises climáticas e questões de transição energética, especialmente em países que são grandes emissores de gases de efeito estufa. Em relação às políticas de transição energética na União Europeia, que medidas foram reforçadas para lidar com o impacto da crise energética causada por questões geopolíticas?
- Redução obrigatória da produção de carvão em todos os países membros, sem subsídios de compensação.
 - Estímulo ao desenvolvimento de tecnologias de armazenamento de energia e restrição do uso de petróleo em áreas urbanas.
 - Criação de novos acordos comerciais com fornecedores de combustíveis fósseis para estabilizar ou fornecer gás natural.
 - Aumento de impostos sobre a exportação de veículos elétricos para promoção do mercado interno.
 - Adoção de políticas de incentivo ao transporte individual movido a combustível fóssil.
80. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015) foi elaborado com o objetivo de garantir e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência. Nesse contexto, o artigo 3º define um dos conceitos fundamentais para a interpretação da lei. Segundo este artigo, o que caracteriza a "acessibilidade"?
- Medidas que garantem exclusivamente o acesso ao mercado de trabalho para pessoas com deficiência.
 - Conjunto de adaptações que facilitam apenas a locomoção em espaços públicos.
 - A garantia de condições mínimas de saúde e segurança para pessoas com deficiência.
 - A possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, móveis, equipamentos urbanos e edificações.
 - Políticas públicas que visam a inclusão exclusiva de pessoas com deficiência intelectual.

81. Em 2024, questões sobre soberania alimentar e segurança alimentar voltaram ao foco devido a crises globais. A alimentação foi abordada em fóruns internacionais com a proposta de enfrentar o aumento da segurança dos preços e a escassez de alimentos. Qual medida foi priorizada pelos países-membros da ONU para reduzir os impactos da insegurança alimentar?
- Nacionalização de todas as empresas estrangeiras de produção de grãos.
 - Incentivo à produção de alimentos geneticamente modificados sem regulamentação.
 - Promoção da agricultura sustentável e acesso a novas tecnologias agrícolas nos países em desenvolvimento.
 - Concessão de subsídios agrícolas exclusivos para grandes corporações transnacionais.
 - Restrição de exportações de insumos agrícolas para países fora do G20.
82. Sobre o direito de acesso à educação para pessoas com deficiência, em conformidade com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), considere o que dispõe o Artigo 28, que assegura direitos específicos para a inclusão escolar. Segundo esse artigo, as instituições de ensino são obrigadas a:
- Oferecer conteúdo adaptado apenas para alunos com deficiência física.
 - Adaptar currículos escolares de maneira inclusiva, desde que sejam financeiramente viáveis.
 - Oferecer ensino inclusivo e capacitar professores para trabalhar com todos os tipos de deficiência.
 - Permitir a matrícula de alunos com deficiência apenas em instituições de ensino especializadas.
 - Criar conteúdos digitais restritos ao ensino à distância para pessoas com deficiência.

RACIOCÍNIO LÓGICO

DIEGO RIBEIRO

83. Em um escritório, é conhecida a seguinte regra: "Se o documento é confidencial, então ele deve ser aprovado por dois oficiais." Um documento foi aprovado por dois oficiais. Podemos concluir que?
- O documento é confidencial
 - O documento não é confidencial
 - O documento pode ou não ser confidencial
 - O documento não foi revisado
 - Nada se pode concluir

- 84.** Cinco processos (P1, P2, P3, P4, P5) estão organizados em uma lista de prioridade. Sabe-se que: P1 tem maior prioridade que P3. P2 está entre P1 e P3. P5 tem a menor prioridade de todas. P4 tem prioridade imediatamente superior à P2

Assinale a ordem correta de prioridade, do maior para o menor:

- (A) P1, P2, P4, P3, P5
- (B) P2, P1, P3, P4, P5
- (C) P4, P2, P1, P3, P5
- (D) P1, P4, P2, P3, P5
- (E) P3, P1, P2, P4, P5

- 85.** Considere a seguinte sequência: 3, 5, 8, 13, 22, 39, X

O valor de X é:

- (A) 54
- (B) 58
- (C) 66
- (D) 70
- (E) 72

- 86.** Em uma organização, documentos podem ser urgentes, confidenciais e/ou sigilosos. Sabemos que:

Todo documento sigiloso é confidencial.

Todo documento urgente e confidencial é sigiloso.

Nenhum documento urgente é confidencial, a menos que seja sigiloso.

Assinale o diagrama a seguir que representa corretamente essas informações:

- (A) Sigilosos contido em confidenciais e urgentes contido em sigilosos.
- (B) Urgentes contido em confidenciais e sigilosos separados.
- (C) Confidenciais contido em sigilosos e urgentes sem interseção.
- (D) Todos os documentos sobrepostos.
- (E) Documentos sigilosos e urgentes contidos em confidenciais.

- 87.** A sequência a seguir mostra o número de processos arquivados por semana: 3, 8, 15, 24, 35, ... Qual será o número de processos arquivados na sétima semana?

- (A) 50
- (B) 55
- (C) 63
- (D) 70
- (E) 77

- 88.** Cinco oficiais de justiça — Marcos, Pedro, Carla, Beatriz e João — precisam realizar vistorias em cinco bairros diferentes — Bairro A, Bairro B, Bairro C, Bairro D e Bairro E — ao longo da semana, de segunda a sexta-feira. Sabe-se que: Marcos visitou o Bairro A um dia antes de Pedro, que não foi ao Bairro C.

Beatriz fez sua vistoria no Bairro D na quarta-feira.

João foi ao Bairro E, na sexta-feira.

Carla fez sua vistoria antes de Beatriz, mas não na segunda-feira.

Assinale quem realizou a vistoria no Bairro B e em qual dia da semana:

- (A) Pedro na terça-feira.
- (B) Carla na terça-feira.
- (C) Beatriz na segunda-feira.
- (D) Marcos na segunda-feira.
- (E) João na quinta-feira.

MATEMÁTICA

DIEGO RIBEIRO

- 89.** Um oficial de justiça administra um inventário com três contas de poupança de diferentes valores: a primeira contém o triplo da segunda, e a segunda contém metade da terceira. Se o total de todas as contas é R\$ 120.000,00, o valor da maior conta é:

- (a) R\$ 30.000,00
- (b) R\$ 40.000,00
- (c) R\$ 50.000,00
- (d) R\$ 60.000,00
- (e) R\$ 75.000,00

- 90.** Três oficiais de justiça realizam vistorias periódicas em 8, 12 e 15 dias, respectivamente. Se todos fizeram a vistoria no mesmo dia, em quantos dias ocorrerá a próxima coincidência e quantas vistorias eles terão feito juntos até essa data, considerando que cada um faz uma vistoria por vez?

- (A) 120 dias e 33 vistorias.
- (B) 100 dias e 30 vistorias.
- (C) 60 dias e 12 vistorias.
- (D) 100 dias e 15 vistorias.
- (E) 120 dias e 25 vistorias.

91. Um oficial de justiça administra um fundo de R\$ 60.000,00 para três beneficiários em uma proporção de 3:4:5. Se esse fundo rende 6% ao ano em juros simples, qual será o valor dos juros acumulados para o beneficiário que recebe a menor parte, após 3 anos?
- (A) R\$ 2.700,00
(B) R\$ 3.200,00
(C) R\$ 3.600,00
(D) R\$ 4.000,00
(E) R\$ 4.500,00
92. Dois oficiais de justiça precisam compartilhar o trabalho de analisar processos em uma semana. O primeiro oficial consegue analisar 8 processos a mais do que o segundo em uma semana. Se juntos eles analisaram 80 processos, qual o percentual de processos analisados pelo segundo oficial?
- (A) 32
(B) 34
(C) 36
(D) 40
(E) 45

INFORMÁTICA

LEONARDO VASCONCELOS

93. No sistema operacional Windows 11, para compactar uma pasta em um arquivo .zip usando o Explorador de Arquivos (Windows Explorer), o procedimento correto é:
- (A) Selecionar a pasta desejada, clicar com o botão esquerdo do mouse, escolher “Enviar para” e selecionar “Pasta compactada”.
- (B) Selecionar a pasta desejada, clicar com o botão direito do mouse e escolher “Adicionar ao arquivo .zip”.
- (C) Clicar na pasta desejada e selecionar a opção “Compactar” na “Barra de Ferramentas”.
- (D) Selecionar a pasta desejada, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção “Compactar para” e, em seguida, “Arquivo ZIP”.
- (E) Arrastar a pasta desejada para a barra de tarefas do Windows e escolher a opção “Compactar” na barra de opções.

94. Em um documento no Microsoft Word 365, um usuário deseja imprimir apenas as páginas 2, 5 e 8 de um total de 10 páginas. Qual dos procedimentos abaixo deve ser realizado para uma impressão personalizada que contemple essa seleção específica de páginas?
- (A) Acessar o menu “Arquivo”, selecionar “Imprimir”, inserir “2-5-8” no campo “Páginas” e clicar em “Imprimir”.
- (B) Acessar o menu “Arquivo”, selecionar “Imprimir”, inserir “2,5,8” no campo “Páginas” e clicar em “Imprimir”.
- (C) Acessar o menu “Arquivo”, selecionar “Imprimir”, inserir “2:5:8” no campo “Páginas” e clicar em “Imprimir”.
- (D) Acessar o menu “Arquivo”, selecionar “Imprimir”, inserir “2 e 5 e 8” no campo “Páginas” e clicar em “Imprimir”.
- (E) Acessar o menu “Arquivo”, selecionar “Imprimir”, inserir “P2 P5 P8” no campo “Páginas” e clicar em “Imprimir”.
95. Um usuário do Microsoft Excel 365 deseja aplicar uma formatação condicional em uma planilha para que todas as células de uma coluna com valores acima de 100 fiquem destacadas em verde. Qual é o procedimento correto para realizar essa formatação?
- (A) Selecionar a coluna desejada, ir em “Formatar Células” e escolher a opção “Destaque acima de 100”.
- (B) Selecionar a coluna desejada, clicar em “Formatação Condicional”, escolher “Regras de Realce das Células” e em seguida “É igual a” 100, aplicando a cor verde.
- (C) Selecionar a coluna desejada, clicar em “Formatação Condicional”, escolher “Regras de Realce das Células”, e depois “É Maior do que”, inserindo 100 como valor e aplicando a cor verde.
- (D) Selecionar a coluna desejada, clicar em “Filtros”, depois em “Maior que” 100 e escolher a cor verde.
- (E) Selecionar a coluna desejada, ir em “Classificar e Filtrar”, escolher “Destaque Condicional” e aplicar a cor verde para valores acima de 100.

- 96.** No Microsoft Teams 365, um usuário deseja iniciar uma chamada de vídeo com um colega de trabalho diretamente pelo chat. Qual das opções a seguir descreve corretamente o procedimento para iniciar uma chamada de vídeo?
- (A) No chat, selecionar a opção “+” e escolher “Chamada de Vídeo” no menu que aparece.
 - (B) No chat, clicar no ícone de câmera de vídeo na barra superior para iniciar a chamada de vídeo com o contato.
 - (C) No menu de “Calendário”, clicar em “Nova reunião” e adicionar o contato desejado para iniciar a chamada de vídeo.
 - (D) Ir para “Configurações”, escolher a aba “Chamadas” e clicar em “Nova Chamada de Vídeo”.
 - (E) Acessar o perfil do colega de trabalho e escolher “Iniciar chamada de vídeo” no menu de configurações do perfil.
- 97.** Em relação ao armazenamento de arquivos no Microsoft OneDrive 365, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta:
- (A) O OneDrive permite o armazenamento de arquivos apenas no computador do usuário, não oferecendo a opção de salvar em nuvem.
 - (B) É possível configurar o OneDrive para sincronizar automaticamente arquivos de pastas específicas do computador com a nuvem.
 - (C) Os arquivos armazenados no OneDrive não podem ser compartilhados com outros usuários, independentemente das permissões configuradas.
 - (D) O OneDrive limita o armazenamento apenas a documentos do Microsoft Office, não suportando outros tipos de arquivo.
 - (E) Os arquivos salvos no OneDrive não podem ser acessados offline, pois dependem de conexão constante com a internet.
- 98.** Ao redigir uma mensagem no correio eletrônico, o usuário deseja enviar o conteúdo a um destinatário principal e a outros dois, de forma que os destinatários adicionais vejam o endereço de e-mail do destinatário principal e ninguém veja o endereço de e-mail dos demais destinatários. Para realizar esse envio, ele deve utilizar:
- (A) O campo "Para" para todos os destinatários, assegurando que todos visualizem o conteúdo.
 - (B) O campo "Cco" para o destinatário principal e "Cco" para os demais destinatários.
 - (C) O campo "Cco" para o destinatário principal e "Para" para os destinatários adicionais.
 - (D) O campo "Para" para o destinatário principal e "Cco" para os demais destinatários.
 - (E) O campo "Cc" para todos os destinatários, o que garante privacidade entre eles.
- 99.** Em relação ao recurso de favoritos em navegadores de Internet, analise as seguintes afirmações e assinale a alternativa correta:
- (A) Os favoritos de um navegador são salvos automaticamente e não podem ser organizados em pastas, sendo exibidos em uma lista única.
 - (B) A função de favoritos permite ao usuário salvar sites frequentemente visitados, e esses sites podem ser organizados em pastas, conforme a preferência do usuário.
 - (C) A lista de favoritos é acessível somente offline, pois é armazenada localmente no computador e não depende de uma conexão com a Internet.
 - (D) É possível utilizar a função de favoritos para salvar links temporários, os quais são automaticamente removidos após uma semana.
 - (E) Todos os navegadores excluem automaticamente os favoritos de sites que não são acessados em um período de 30 dias.
- 100.** Ao realizar uma busca na Internet utilizando um motor de busca, como o Google, o usuário pode empregar técnicas para obter resultados mais precisos. Qual das opções abaixo descreve corretamente o uso de operadores para refinar uma busca?
- (A) Para localizar resultados que contenham todas as palavras-chave em qualquer ordem, deve-se colocar as palavras entre aspas duplas.
 - (B) Usar o operador “OR” entre duas palavras-chave garante que os resultados exibirão páginas que contenham ambas as palavras.
 - (C) Colocar um sinal de menos (-) antes de uma palavra exclui dos resultados as páginas que contenham essa palavra.
 - (D) As aspas simples (' ') ao redor de uma palavra-chave são usadas para encontrar uma definição daquela palavra específica.
 - (E) O uso do asterisco (*) entre duas palavras indica ao motor de busca que ele deve procurar sinônimos para os termos fornecidos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SIMULADO PREPARATÓRIO

3º SIMULADO
OFICIAL DE JUSTIÇA (PÓS-EDITAL)

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	C	A	A	D	D	C	E	C	E
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	B	B	A	D	D	A	D	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	A	D	C	D	D	C	B	E
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	B	D	C	C	E	B	A	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	D	D	C	A	C	A	C	D	E
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
D	B	D	C	B	C	B	B	A	A
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
C	E	E	E	C	A	B	E	A	C
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
D	C	C	A	E	D	B	E	B	D
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
C	C	C	D	E	A	C	A	D	A
91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
A	E	D	B	C	B	B	D	B	C

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora

LÍNGUA PORTUGUESA**FIDELIS ALMEIDA****01. Leia a tira.**

Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br>.
Acesso em: 27 abr. 2010.

O efeito de humor da tira decorre

- (A) da valorização do minimalismo na arte, indicando que formas simples e monótonas carregam significados profundos e subjetivos.
- (B) da surpresa de um personagem infantil demonstrar uma compreensão artística superior ao adotar uma linguagem técnica própria da crítica de arte.
- (C) da expectativa frustrada de que a obra possua significados profundos, revelando que a complexidade do discurso é incompatível com a simplicidade da obra.
- (D) do uso deliberado de um discurso exageradamente sofisticado e pretensioso para descrever uma simples escultura de neve.
- (E) da comparação entre a arte abstrata e o mundo real, demonstrando que as expressões artísticas modernas são frequentemente incompreensíveis para pessoas comuns.

Letra d.

Assunto abordado: Análise, compreensão e interpretação de diversos tipos de textos verbais, não verbais, literários e não literários.

- (A) Errada. A tira não busca valorizar o minimalismo na arte. Embora a obra seja descrita como “monocromática”, isso é apresentado de maneira irônica, não como uma valorização genuína do minimalismo.
- (B) Errada. O efeito de humor da tira não se baseia na ideia de que o personagem infantil tem uma compreensão artística superior. O que ele faz é justamente fingir ou forçar uma compreensão que ele, na verdade, não possui, usando um discurso artístico pretensioso para descrever uma escultura trivial de neve.
- (C) Errada. O personagem já sabe que a sua obra é trivial desde o início, tanto é assim que declara que se trata apenas de neve. Portanto, não há uma expectativa frustrada sobre a profundidade da obra.

- (D) Certa. O humor da tira decorre do uso deliberado de um discurso exageradamente sofisticado e pretensioso para descrever algo trivial: uma escultura de neve. Há um contraste entre a forma complexa como a obra é apresentada e sua verdadeira banalidade, evidenciada pela frase final “Ah, qual é, é só neve”.
- (E) Errada. O humor da tira não decorre de uma crítica à incompreensão da arte abstrata por pessoas comuns, mas faz contraste entre o discurso pretensioso de Calvin e a simplicidade trivial da escultura de neve. O foco da piada é a ironia gerada pela descrição exageradamente sofisticada de uma obra banal, que é desmontada pelo comentário “Ah, qual é, é só neve”.

Leia o texto de Friedrich Hayek para responder às questões de 02 a 07.

O grande objetivo da luta pela liberdade sempre foi a igualdade perante a lei. Esta igualdade no âmbito das normas que o Estado obriga a observar pode ser suplementada pela igualdade implícita nas normas às quais os homens voluntariamente obedecem no seu relacionamento. Esta extensão do princípio de igualdade às normas de conduta moral e social é a expressão maior do que comumente se conhece por espírito democrático – e provavelmente o fator que mais contribui para tornar inócuas as desigualdades a que a liberdade necessariamente leva.

A igualdade estabelecida pelas normas legais e de conduta gerais é, todavia, a única forma de igualdade que conduz à liberdade e a única que podemos obter sem destruir a liberdade. A liberdade não só não tem relação alguma com qualquer outro tipo de igualdade como também tende, em muitos casos, a produzir desigualdade. Isto constitui a consequência necessária e, em parte, a justificativa da liberdade individual; se os efeitos da liberdade individual não demonstrassem que certos modos de vida levam a resultados melhores do que outros, provavelmente seria impossível justificá-la.

Não é por presumir que os indivíduos sejam, de fato, iguais, ou por pretender torná-los iguais, que nossa justificativa filosófica da liberdade exige que o Estado trate todos da mesma maneira. De fato, essa justificativa não apenas reconhece que os indivíduos são muito diferentes como também se baseia, em grande parte, nesse postulado. Ela afirma que essas diferenças individuais não justificam que os governos tratem os indivíduos de maneira diferente. Além disso, opõe-se às desigualdades de tratamento dispensado pelo Estado que se tornariam necessárias se fosse preciso garantir, a pessoas efetivamente diferentes, iguais posições na sociedade.

Os atuais partidários de uma igualdade material mais ampla costumam negar que suas exigências se baseiem no pressuposto de uma igualdade de fato entre todos os homens. No entanto, geralmente ainda se supõe ser esta a principal justificativa dessas exigências. Nada, contudo, é mais prejudicial à reivindicação de um tratamento igualitário que partir de um pressuposto tão obviamente falso como o da igualdade de fato de todos os homens. Defender a igualdade de tratamento de minorias nacionais ou raciais com o argumento de que elas não são diferentes dos outros homens equivale a admitir, implicitamente, que a desigualdade de fato justificaria tratamento desigual; e a prova de que certas diferenças de fato existem não tardaria a aparecer. É essencial à reivindicação de igualdade perante a lei que as pessoas sejam tratadas do mesmo modo, embora sejam diferentes umas das outras.

HAYEK, Friedrich A. Os fundamentos da liberdade. Supervisão e introdução de Henry Maksoud. Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Editora Visão, 1983. (fragmento)

02. Com base nas ideias apresentadas no texto, é correto afirmar que

- (A) a liberdade não pode ser preservada em contextos em que o Estado não garante a igualdade material entre os indivíduos.
- (B) a igualdade perante a lei é suficiente para eliminar as desigualdades sociais produzidas pela liberdade individual.
- (C) a diversidade entre os indivíduos não deve ser uma razão para tratamentos desiguais por parte do Estado.
- (D) a igualdade de fato entre os indivíduos é necessária para fundamentar o princípio da igualdade perante a lei.
- (E) a liberdade só se justifica plenamente nas sociedades que buscam aumentar todas as formas de desigualdade.

Letra c.

Assunto abordado: Análise, compreensão e interpretação de diversos tipos de textos verbais, não verbais, literários e não literários.

(A) Errada. O texto propõe que a liberdade pode ser preservada sem que o Estado garanta a igualdade material entre os indivíduos. O autor defende que a igualdade perante a lei é a única forma de igualdade que conduz à liberdade e que buscar igualdade material poderia destruir a liberdade.

(B) Errada. Segundo o texto, a igualdade perante a lei não é suficiente para eliminar as desigualdades sociais produzidas pela liberdade individual. O autor confirma que a liberdade tende a produzir desigualdades, considerando isso uma consequência necessária e parte da justificativa da liberdade individual.

(C) Certa. O texto sustenta que a diversidade entre os indivíduos não deve ser uma razão para tratamentos desiguais por parte do Estado. O autor afirma que, embora as pessoas sejam diferentes, essas diferenças não justificam que os governos tratem de maneira diferente.

(D) Errada. O texto argumenta que não é necessária a igualdade de fato entre os indivíduos para fundamentar o princípio da igualdade perante a lei. O autor ressalta que a justificativa filosófica da liberdade confirma as diferenças individuais e se baseia nesse postulado.

(E) Errada. O texto não afirma que a liberdade só se justifica plenamente nas sociedades que buscam aumentar todas as formas de desigualdade. O autor menciona que a liberdade tende a produzir desigualdades, mas isso não significa que todas as formas de desigualdade devam ser ampliadas para justificar a liberdade.

03. Segundo as ideias expostas no texto, a reivindicação de igualdade perante a lei

- (A) é prejudicada quando se presume, erroneamente, que as minorias são idênticas em todos os aspectos a demais indivíduos da sociedade.
- (B) depende da ideia de que as desigualdades naturais devem justificar a adoção de políticas compensatórias específicas.
- (C) demonstra que a liberdade só é possível em uma sociedade que reconhece a igualdade absoluta entre todos os seus membros.
- (D) exige que as diferenças individuais sejam completamente ignoradas para garantir o tratamento igualitário.
- (E) baseia-se na ideia de que o tratamento igualitário das minorias depende de demonstrar que não existem diferenças significativas entre elas e o restante da população.

Letra a.

Assunto abordado: Análise, compreensão e interpretação de diversos tipos de textos verbais, não verbais, literários e não literários.

(A) Certa. O texto afirma que a reivindicação de igualdade perante a lei é prejudicada quando se presume, erroneamente, que as minorias são idênticas em todos os aspectos aos demais indivíduos. O autor argumenta que partir da suposição falsa de que todos são iguais é nocivo, já que diferenças de fato existem, e admite que isso poderia incluir tratamentos desiguais.

(B) Errada. O texto não defende que uma reivindicação de igualdade perante a lei dependa da ideia de que as desigualdades naturais requerem a adoção de políticas compensatórias específicas. Pelo contrário, o autor se opõe a tratamentos desiguais pelo Estado para garantir posições iguais a pessoas diferentes.

(C) Errada. O texto não afirma que a liberdade só é possível em uma sociedade que autoriza a igualdade absoluta entre todos os seus membros. O autor reconhece as diferenças entre os indivíduos e sustenta que a liberdade não está relacionada com a igualdade absoluta.

(D) Errada. O texto não defende que as diferenças individuais sejam completamente ignoradas para garantir o tratamento igualitário. Na verdade, o autor afirma que é essencial tratar as pessoas da mesma maneira, embora sejam diferentes, confirmando essas diferenças.

(E) Errada. O texto argumenta que basear o tratamento igualitário das minorias na demonstração de que não existem diferenças significativas entre elas e o restante da população é prejudicial. O autor defende que as pessoas devem ser tratadas igualmente perante a lei, mesmo confirmando as diferenças existentes.

04. Segundo o autor,

- (A) a liberdade individual é justificada pela capacidade de certos modos de vida gerarem resultados melhores que outros.
- (B) a liberdade é prejudicada pela inexistência de normas morais e sociais amplamente aceitas e voluntariamente seguidas.
- (C) a igualdade perante a lei é insuficiente para evitar todas as desigualdades decorrentes da liberdade individual.
- (D) a justificativa filosófica da liberdade é incompatível com qualquer tentativa de reduzir desigualdades materiais na sociedade.
- (E) para preservar a liberdade, é preciso evitar que as desigualdades materiais se tornem expressivas.

Letra a.

Assunto abordado: Análise, compreensão e interpretação de diversos tipos de textos verbais, não verbais, literários e não literários.

(A) Certa. O autor afirma que a liberdade individual é justificada pela capacidade de certos modos de vida para produzir resultados melhores que outros. No texto, menciona-se que, sem essa demonstração de diferentes resultados decorrentes da liberdade, provavelmente seria impossível justificá-la.

(B) Errada. O texto não indica que a liberdade é prejudicada pela inexistência de normas morais e sociais totalmente aceitas e voluntariamente seguidas. Embora o autor reconheça que a igualdade nas normas de conduta moral e social complementa a igualdade perante a lei, não afirma que a falta dessas normas prejudica a liberdade.

(C) Errada. O autor não considera a igualdade perante a lei insuficiente para evitar todas as desigualdades decorrentes da liberdade individual. Ele afirma que a liberdade tende a produzir desigualdades, mas apresenta a igualdade perante a lei como a única forma de igualdade que conduz à liberdade, sem sugerir sua insuficiência.

(D) Errada. O autor não declara que uma justificativa filosófica da liberdade é incompatível com qualquer tentativa de reduzir desigualdades de materiais na sociedade. O texto critica a imposição de igualdade material que exigiria tratamentos desiguais pelo Estado, mas não descartava outras formas de redução de desigualdades sem comprometer a liberdade.

(E) Errada. O autor não defende que, para preservar a liberdade, é preciso evitar que desigualdades materiais se tornem expressivas. Pelo contrário, ele confirma que a liberdade tende a produzir desigualdades e que isso é uma consequência necessária e parte da justificativa da liberdade individual.

05. A palavra destacada expressa circunstância em relação ao verbo em:

- (A) ...é, **todavia**, a única forma de igualdade que conduz à liberdade...
- (B) A liberdade não só não tem relação **alguma** com qualquer outro tipo de igualdade...
- (C) ...ou por pretender torná-los **iguais**...
- (D) ... geralmente **ainda** se supõe ser esta a principal justificativa dessas exigências.
- (E) ...e a prova de que **certas** diferenças de fato existem não tardaria a aparecer.

Letra d.

Assunto abordado: Classes de palavras: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.

(A) Errada. A palavra “todavia” é uma conjunção que expressa oposição ou contraste, equivalente a “porém”. Ela contrapõe a ideia de que a liberdade tende a gerar desigualdades à afirmação de que a única igualdade compatível com a liberdade é a igualdade perante a lei. Não tem a função de indicar circunstância em relação às formas verbais “é” ou “conduz”.

(B) Errada. A palavra “alguma” é um pronome indefinido que se liga ao substantivo “relação”. Não tem a função de indicar circunstância em relação à forma verbal “tem”.

(C) Errada. A palavra “iguais” é um adjetivo que caracteriza o substantivo “indivíduos”. Não tem a função de indicar circunstância em relação aos verbos “pretender” ou “tornar”.

(D) Certa. A palavra “ainda” é um advérbio que expressa circunstância de tempo em relação à forma verbal “supõe”, indicando uma continuidade temporal da suposição de que a igualdade material não se baseia na ideia de que todos os indivíduos sejam iguais de fato.

(E) Errada. A palavra “certas” é um pronome indefinido que se liga ao substantivo “diferenças”. Não tem a função de indicar circunstância em relação às formas verbais “existem” ou “tardaria” nem ao verbo “aparecer”.

06. ... e provavelmente o fator que mais contribui para tornar **inócuas** as desigualdades a que a liberdade necessariamente leva. (1º parágrafo)
Não é por **presumir** que os indivíduos sejam, de fato, iguais, ou por pretender torná-los iguais... (3º parágrafo)

No contexto em que foram empregados, os vocábulos destacados possuem como sinônimos, respectivamente:

- (A) insignificantes; deduzir
- (B) superficiais; desejar
- (C) amenas; estimar
- (D) inofensivas; considerar
- (E) incompreensíveis; defender

Letra d.

Assunto abordado: Sinônimos.

(A) Errada. O termo “insignificantes” não é um sinônimo adequado para “inócuas”, pois sugere falta de importância, enquanto “inócuas” indica algo que não causa prejuízo; o termo “deduzir” não é um sinônimo adequado para “presumir”, pois envolve uma conclusão lógica, enquanto “presumir” é uma suposição antecipada.

(B) Errada. O termo “superficiais” não é um sinônimo adequado para “inócuas”, pois sugere algo

raso, enquanto “inócuas” indica algo que não causa prejuízo; o termo “desejar” não é um sinônimo adequado para “presumir”, pois expressa vontade, enquanto “presumir” é uma suposição antecipada.

(C) Errada. O termo “amenas” não é um sinônimo adequado para “inócuas”, pois sugere brandura ou leveza, enquanto “inócuas” indica algo que não causa prejuízo; o termo “estimar” não é um sinônimo adequado para “presumir”, pois envolve uma avaliação aproximada, enquanto “presumir” é uma suposição antecipada.

(D) Certa. O termo “inofensivas” é um sinônimo adequado para “inócuas”, pois ambos os termos indicam algo que não causa dano; o termo “considerar” é um sinônimo adequado para “presumir”, pois ambos os termos envolvem uma suposição sobre algo ser verdadeiro, ainda que sem certeza.

(E) Errada. O termo “incompreensíveis” não é um sinônimo adequado para “inócuas”, pois refere-se à falta de entendimento, enquanto “inócuas” indica algo que não causa prejuízo; o termo “defender” não é um sinônimo adequado para “presumir”, pois implica uma ação ativa, enquanto “presumir” é uma suposição antecipada.

07. Assinale a alternativa em que se expressa no texto relação causal.

- (A) ... e provavelmente o fator que mais contribui para tornar inócuas as desigualdades a que a liberdade necessariamente leva. (1º parágrafo)
- (B) A igualdade estabelecida pelas normas legais e de conduta gerais é, todavia, a única forma de igualdade que conduz à liberdade... (2º parágrafo)
- (C) Não é por presumir que os indivíduos sejam, de fato, iguais, ou por pretender torná-los iguais, que nossa justificativa filosófica da liberdade exige que o Estado trate todos da mesma maneira. (3º parágrafo)
- (D) Além disso, opõe-se às desigualdades de tratamento dispensado pelo Estado que se tornariam necessárias se fosse preciso garantir, a pessoas efetivamente diferentes, iguais posições na sociedade. (3º parágrafo)
- (E) É essencial à reivindicação de igualdade perante a lei que as pessoas sejam tratadas do mesmo modo, embora sejam diferentes umas das outras. (4º parágrafo)

Letra c.

Assunto abordado: Classes de palavras: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.

(A) Errada. O trecho não expressa relação causal. A oração “para tornar inócuas as desigualdades” indica a finalidade da ação de contribuir. Nesse caso, trata-se de uma oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo.

(B) Errada. O trecho não expressa relação causal. A conjunção “todavia” indica adversidade, que surge do contraste entre a ideia de que a liberdade pode gerar desigualdade com a afirmação de que apenas a igualdade perante a lei é compatível com a liberdade. Nesse caso, a oração “A igualdade estabelecida pelas normas legais e de conduta gerais é, todavia, a única forma de igualdade” é coordenada sindética adversativa.

(C) Certa. O trecho expressa uma relação causal. A oração “Não é por presumir... ou por pretender...” indica que a suposição de igualdade entre os indivíduos ou a intenção de torná-los iguais não são as causas para a justificativa do tratamento igualitário por parte do Estado. Assim, o trecho estabelece uma negação explícita de determinadas causas, o que confirma a presença de uma relação causal. Nesse caso, as orações “Não é por presumir” e “ou por pretender” são subordinadas adverbiais causais reduzidas de infinitivo.

(D) Errada. O trecho não expressa relação causal. A conjunção “se” indica condição, uma hipótese

sobre o que aconteceria caso fosse necessário garantir posições iguais a pessoas diferentes. Nesse caso, a oração “se fosse preciso” é uma oração subordinada adverbial condicional.

(E) Errada. O trecho não expressa relação causal. A conjunção “embora” indica uma relação de concessão em que, mesmo com a existência de diferenças entre as pessoas, elas devem ser tratadas igualmente. Nesse caso, a oração “embora sejam diferentes umas das outras” é uma oração subordinada adverbial concessiva.

08. Leia o trecho a seguir:

... se os efeitos da liberdade individual não demonstrassem que certos modos de vida levam a resultados melhores do que outros, provavelmente **seria** impossível justificá-la. (4º parágrafo)

A forma verbal destacada expressa a ideia de

- (A) condição.
- (B) contradição.
- (C) sentimento.
- (D) desejo.
- (E) possibilidade.

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora